

Sobre a Conjuntura Atual

Fernando Pereira Marques*

Resumo

As características específicas aos sistemas político e de partidos existentes em Portugal condicionaram o processo político desde as anteriores eleições legislativas dada a dificuldade em criar uma maioria estável. Situação agravada pela conjuntura internacional e nacional nos domínios económico e financeiro. Como superar os fatores que dificultam a formação de alianças de Governo à esquerda?

Palavras-chave: sistema político, sistema de partidos, sistema eleitoral, crise internacional

Abstract

The specific characteristics of political systems and parties in Portugal conditioned the political process since the previous elections because of the difficulty in creating a stable majority. Situation aggravated by the international and national in the economic and financial. How to overcome the factors that hinder the formation of alliances of the Left Government?

Keywords: political system, party system, electoral system, the international crisis

* Professor Catedrático do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT



A dimensão da crise com que nos deparamos não se esgota no plano político-institucional. Todavia, no que a este diz respeito, dois importantes fatores ajudam a explicar a sua origem, assim como as dificuldades em a superar. Um é sistémico, o outro sociológico.

No que se refere ao primeiro, importa lembrar que a maioria relativa obtida por um dos dois principais partidos nas últimas eleições – neste caso o Partido Socialista (PS) – é a norma e não a exceção, tendo em conta os mecanismos técnico-legais que sustentam e fazem funcionar o nosso sistema político. Ou, dizendo de outra maneira, o excecional seria a obtenção de uma maioria absoluta por um só partido, como aconteceu duas vezes com o Partido Social Democrata (PSD) de Cavaco Silva e, na anterior legislatura, com o PS de José Sócrates.

Na verdade, devido ao modo de escrutínio constitucionalmente definido, ao método de conversão dos votos em mandatos e ao sistema de partidos que se consolidou desde o início da democracia – composto fundamentalmente por quatro formações com representação parlamentar –, não seria de esperar, ou sequer possível, que ganhasse forma uma democracia de tipo Westminster. Antes pelo contrário, o natural – para não dizer, o necessário – seria ter-se constituído uma democracia de consenso, isto é, assente predominantemente na criação de maiorias de governo através de coligações. Como é sabido, se tem havido alianças à direita – pré e pós-eleitorais – entre o PSD, o Centro Democrático Social (CDS) e outras forças residuais, o mesmo não tem acontecido à esquerda, nem há perspetivas de vir a acontecer [exce-tuemos a efémera e falhada Frente Republicana e Socialista, em 1980, entre o PS, a União de Esquerda Socialista Democrática (UEDS) e a Acção Social Democrata Independente (ASDI) desaparecidas]. De onde se conclui, desde logo, que os regimes não se moldam linearmente em função da vontade do legislador, mas em consequência de realidades complexas de carácter histórico-sociológico incontornáveis de forma voluntarista. Ora, se tivermos ainda em conta, como se verificou nas últimas eleições, que continua a existir uma maioria eleitoral de esquerda, percebemos que tais factos estruturais são bloqueadores, dificultam a governabilidade e a estabilidade, a isto acrescendo as especificidades dos dois grandes partidos (de centro-direita e de centro-esquerda), dos partidos da esquerda parlamentar e ainda, *last but not least*, as marcas deixadas pelo processo de institucionalização do regime democrático.

Quanto aos dois partidos da alternância, são as próprias semelhanças, e não as diferenças, que dificultam soluções de aliança do tipo Bloco Central, existente entre 1983 e 1985. Tanto do ponto de vista orgânico como da base social de apoio, PS e PSD estruturaram-se de forma semelhante, tornando-se partidos que disputam um eleitorado que se interpenetra. Deste modo, a bipolarização gerada produz, inevitavelmente, a disputa de um eleitorado flutuante centrista que determina a obtenção das maiorias. Não obstante as diferenças de códigos genéticos e no que se refere aos respetivos núcleos fundadores, tanto um como o outro se implantaram numa lógica de *catch-all party* e a partir do poder, nos planos central, local e regional. Quer dizer: ambos cresceram e consolidaram-se governando, criando burocracias dirigentes e clientelas diversificadas, a sua coesão passando por ocuparem ou não o poder nas suas diversas vertentes. No PSD têm sido visíveis as dificuldades com que se depara internamente por se encontrar na oposição. Dificuldades a que o PS não escapou, sobretudo durante o relativamente longo consulado cavaquista.

Do ponto de vista ideológico, do mesmo modo que no PSD se foi esbatendo, progressivamente, a componente social-democrata presente na sua fundação, enterrada em definitivo pelo cavaquismo, também no PS a nova geração de dirigentes «pós-histórica» – digamos assim –, em especial António Guterres (homem de aparelho, apesar de não o parecer), iniciou o esvaziamento programático desse partido, dando um golpe decisivo na identidade matricial republicano-socialista – para utilizarmos uma designação instrumental. José Sócrates é um dos exemplos mais completos dessa geração, pragmática e pouco disponível para as questões e princípios doutrinários.

Como já disse, se é relativamente fácil o estabelecimento de alianças entre o CDS e o PSD, o mesmo não acontece com o PS à sua esquerda, composta esta por um Partido Comunista Português (PCP) estagnado e um Bloco de Esquerda conjunturalmente pujante. Os comunistas, para sobreviverem, em tempos adversos de perda de referências, procuram manter uma tradição de luta de classe contra classe, privilegiando a intervenção sindical e apostando na manutenção das suas áreas históricas de implantação, cada vez mais reduzidas, até por causa de inevitáveis mudanças geracionais. Quanto aos bloquistas, não obstante as suas origens algo espúrias (resultaram da junção de antigos comunistas, trotskistas e marxistas-leninistas), têm vindo a

atrair algumas camadas descontentes do eleitorado socialista, e em particular dos mais jovens, seduzidos por certas causas «fraturantes» e pela prática tribunícia de capitalização de todas as questões mais controversas geradas pela governação e pelas consequências da crise económica e social.

O PCP, mesmo se de forma diferente do Bloco, auto-exclui-se de responsabilidades governativas e foge a envolver-se em iniciativas legislativas que lhe reduzam o potencial de contestação e de pressão, tanto mais que continua a possuir uma sólida inserção nos movimentos sociais por via dos sindicatos. Significa isto que uma excessiva parlamentarização da sua intervenção e uma aproximação em relação ao PS chocariam com a sua matriz de tipo obreirista-reivindicativa e ainda impregnada de mitologias marxistas-leninistas. Por estas razões, as importantes percentagens obtidas por esses dois partidos nas legislativas (como ficou patente, o Bloco de Esquerda tem uma presença residual a nível autárquico) e a sua consequente expressão parlamentar só agravam o bloqueamento estrutural do sistema, no que concerne à formação de maiorias na Assembleia da República e de governo. Bloqueamento que não é de previsível resolução sem um profundo reajustamento do sistema de partidos e, porventura, do sistema eleitoral. O que não se faz administrativamente nem produz efeitos imediatos e milagrosos.

O segundo fator, a que chamei sociológico, refere-se à cultura democrática dominante que, mais de 30 anos após o 25 de Abril de 1974, não se conseguiu adaptar às exigências do funcionamento das instituições. Refiro-me à conceção de política – nos planos ético e prático – dos dirigentes nos vários patamares desses partidos da alternância (incluindo aqui o CDS) e dos aderentes de cada um deles. Sentindo-se excluídos do poder, privilegiam o conflito e a oposição, sobretudo quando não se deparam com o travão indiscutível de uma maioria absoluta. Quanto aos outros, à esquerda, repita-se, potenciam a função tribunícia e auto-excluem-se da esfera da governação central.

Acrescente-se, em coerência com o já dito, que os dois principais partidos são formações fracamente ideologizadas – de acordo com a sua natureza *catch-all* –, deficientemente produtoras de políticas sectoriais coerentes. O que explica também a vulnerabilidade das direcções nacionais face ao aparelho instalado no poder local (ou regional, veja-se o caso da Madeira) que possui forte influência, nomeadamente

20 por via do controlo dos canais de financiamento interno, formando-se por isso «camarilhas» – no sentido técnico utilizado por Duverger – e oligarquias que condicionam a seleção de quadros e a formação das listas. Ou seja, os dois principais partidos adaptam-se à conjuntura, mas não conseguem responder-lhe moldando-a, não possuem órgãos de decisão eficazes quanto à formulação de estratégias, nem produzem dinâmicas de intervenção no tecido social e de filtragem qualitativa do pessoal político. O que redundará numa espécie de permanente navegação à vista circunstancial.

Finalmente, e ainda no que se refere à (in)cultura democrática, não se conseguiu criar no eleitorado – e mesmo entre as novas gerações –, hábitos sólidos de participação cívica, nem atitudes de responsabilização coletiva e de confiança em relação às instituições – em particular à parlamentar. Poder-se-á dizer que a taxa de abstenção ainda não atingiu valores dramáticos, mas o seu aumento não deixa de ser significativo, assim como são preocupantes o ceticismo e o hipercriticismo que marcam as opiniões mesmo daqueles que votam.

Na atual conjuntura, agravando este panorama geral, o maior partido da oposição – o PSD – vive uma situação interna de estabilização de uma nova liderança que acentua um certo desnorte estratégico. É, pois, inevitável a tentação de uma fuga para a frente que, a prazo, contra ele se virará, pois acaba por favorecer as formações secundárias – em particular o CDS – ou mesmo exteriores à esfera da governação, ao procurar afirmar-se negociando o seu voto em questões como o Orçamento de Estado ou delinear um programa de ação com propostas de natureza constitucional.

Acrescente-se a proliferação e exploração de eventuais casos de Justiça envolvendo o primeiro-ministro ou outras figuras do partido do poder que contribuem para agravar tendências corporativas em vários setores – da imprensa e da magistratura –, assim como derivas de carácter justicialista e populista. Geram-se, por isso, tensões entre órgãos de soberania e enfraquece-se a autoridade do Estado, para além de se dificultar a superação de comportamentos e atitudes pré-cívicas ou, se se quiser, pré-democráticas, em relação ao que se deverá entender como sendo o bem comum e o interesse geral. Se a isto juntarmos outros elementos fomentadores de instabilidade, como é o fim de um período de especulação financeira e de falso crescimento nos planos nacional e internacional, os desequilíbrios das contas públicas

e a aproximação do término do mandato presidencial, concluirei pela evidência que a governabilidade do país se mostra problemática, sendo previsível um clima de agitação com repercussões económico-financeiras e sociais que podem encurtar a legislatura e originar sérias perturbações no funcionamento do sistema político.

21

Nota: Esta análise, como é fácil de deduzir, foi escrita após as eleições de 2009. Consequentemente, muito antes dos desenvolvimentos que conduziram ao agravamento da crise e à dissolução da Assembleia da República. No entanto, a abordagem de aspetos estruturais do funcionamento do sistema político ainda a tornam pertinente no essencial.